

Relatório de Auditoria

Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: BANCO DO BRASIL S.A.

Exercício: 2011

Processo: 00190.014544/2012-19

Município – UF: Brasília – DF

Relatório nº: 201203899

UCI Executora: COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA DA ÁREA FAZENDÁRIA I

Análise Gerencial

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço 201203899, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC 01, de 06/04/2001, apresentam-se os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo Banco do Brasil S.A.

1. Introdução

Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 03/05/2012 a 31/08/2012, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

Ressalte-se que o servidor Timóteo da Silva Goggin, Analista de Finanças e Controle, apesar de ter participado dos trabalhos de auditoria de contas no Banco do Brasil, não assina o presente relatório, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável. O servidor Orlando Almeida Silva participou da realização dos trabalhos, mas não assinou o relatório por estar em período de férias quando de sua conclusão.

2. Resultado dos Trabalhos

Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-117/2011, e em face dos exames realizados, efetuaram-se as seguintes análises:

2.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

O Banco do Brasil S.A. (BB) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, constituída sob a égide do direito privado e vinculada ao Ministério da Fazenda. O objeto social da Instituição é a prática de operações bancárias, a prestação de serviços bancários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, atuando, ainda, na comercialização de produtos agropecuários e promoção da circulação de bens. Entretanto, em que pese a característica financeira da Entidade, com sua principal força no segmento de varejo bancário, o Banco do Brasil desempenha o papel de executor de políticas públicas alinhado à sua responsabilidade institucional, sendo responsável pela realização de ações governamentais associadas aos programas do governo federal.

O Plano Plurianual - PPA 2008-2011 organizou a atuação governamental em programas e ações de governo orientadas para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano, observando os princípios de eficiência, eficácia e efetividade, e compreendendo as etapas de implementação, monitoramento, avaliação e revisão do processo.

A ação governamental encontra-se organizada por meio do Programa de Governo, que articulando um conjunto de ações, orçamentárias ou não-orçamentárias, visa à concretização do objetivo nele estabelecido. Esses programas e ações do PPA têm seu desempenho registrado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, instrumento de gestão do Plano Plurianual, com característica de sistema estruturador de governo, cabendo aos responsáveis pela gestão dos programas e ações as informações atualizadas necessárias ao seu acompanhamento.

Considerando que a Entidade não é gestora de programas, estando cadastrada no SIGPlan como Unidade Orçamentária de algumas ações inseridas no âmbito de programas de responsabilidade do Ministério da Fazenda, a análise realizada por esta equipe se deu no nível de “ações governamentais” e não de “programas de governo”, mesma metodologia adotada em exercícios anteriores.

Nesse sentido, a análise dos resultados alcançados nas ações sob a responsabilidade do Banco do Brasil, exercício de 2011, teve por base os dados do SIGPlan e os encaminhados no Relatório de Gestão da Entidade.

O Banco do Brasil participou no exercício analisado de 32 ações não-orçamentárias e 6 ações do Orçamento de Investimentos, inseridas em 22 Programas de Governo de diversos Ministérios. Dentre essas ações executadas pelo Banco, observou-se a reincidência de algumas discrepâncias entre metas físicas e financeiras previstas e valores efetivamente realizados.

O resultado dessa análise demonstrou algumas fragilidades, já objeto de recomendações por esta CGU em auditorias anteriores, e em fase de implementação de ações por parte do gestor para resolver/mitigar as causas, cabendo informar que essas ações para atender as recomendações são acompanhadas mediante Plano de Providência Permanente – PPP.

Naquela ocasião da auditoria de 2010, a execução do programa de auditoria constatou as seguintes fragilidades no processo de planejamento do Banco:

- a) a estipulação de metas sem consideração apropriada de variáveis e cenários suficientes;
- b) a ausência de priorização por parte da administração da Entidade quanto ao processo de planejamento das ações do PPA no âmbito do Banco; e
- c) o baixo alinhamento entre o processo de planejamento do PPA e o planejamento estratégico da Instituição.

Provieram das constatações recomendações ao Banco para que aprimorasse o processo de planejamento relativo às ações do PPA sob sua responsabilidade, priorizando o planejamento com vistas a proporcionar um maior comprometimento e envolvimento de todos os níveis organizacionais no processo, integrando-o ao seu próprio planejamento estratégico.

Em fórum do PPP e desta auditoria de gestão, avaliou-se a postura da Entidade em relação ao cumprimento das recomendações emitidas. Considerando as manifestações apresentadas pelo gestor, encaminhadas por cada Diretoria do Banco do Brasil responsável por ações do PPA, observou-se a implementação de ações, por parte de algumas áreas, destinadas ao aprimoramento do processo de planejamento, com a alteração de rotinas e procedimentos relacionados à formulação, revisão e acompanhamento das metas físicas/financeiras das ações do PPA, elaboração de novas metodologias para formulação de metas, e ainda a criação de área responsável, no âmbito da Diretoria, pela coordenação do processo de planejamento, a exemplo da Divisão Estudos de Mercado e Planejamento – Dipla, que atua na Diretoria de Negócios Internacionais.

Durante a análise dos resultados das ações do PPA em 2011, relativo ao atingimento das metas programadas para o exercício, observaram-se desvios significativos entre o previsto e executado em determinadas ações, conforme anteriormente citado, de forma que o gestor foi instado a manifestar-se quanto às razões objetivas para as divergências apontadas e à ausência de revisão quantitativa das metas relacionadas a estas ações.

Verificou-se das manifestações apresentadas, que as recorrentes distorções nos resultados das ações do PPA, apontadas em relatórios de auditoria desta Controladoria desde o exercício de 2008, quando das primeiras recomendações, estão sendo objeto de análise e reformulações no âmbito de cada Diretoria responsável no Banco do Brasil, considerando as peculiaridades de cada área envolvida.

Entretanto, em que pese as ações proativas já adotadas pela Instituição, não foi possível emitirmos opinião conclusiva sobre o tema no presente trabalho de auditoria, tendo em vista que as providências para melhorias no processo de planejamento encontram-se em vias de implementação, conforme restou comprovado por meio de manifestações do gestor.

Outra análise realizada foi a de verificação da efetividade da revisão quantitativa das metas do PPA 2008-2011, prevista no art. 16, inciso III da Lei 11.653/08 e destinada à readequação de metas das ações não orçamentárias estabelecidas para os exercícios seguintes. Mediante essa análise observou-se a ausência de alteração de metas atreladas a determinadas ações que apresentaram resultados discrepantes em exercícios anteriores.

A partir dessas informações, solicitou-se ao gestor posicionamento em relação ao assunto, que manifestou-se por meio das áreas responsáveis por cada ação com justificativas pontuais para cada situação. Destaque-se, dentre outros argumentos utilizados nas justificativas, o prazo regulamentar para a revisão do PLOA 2011, que ocorreu em julho de 2010 e assim impossibilitou determinadas alterações, tendo em vista que alguns fatos que provocariam alterações ocorreram posteriormente a esta data, conforme relatado na documentação apresentada.

Não obstante as análises realizadas em relação ao exercício de 2011, vale salientar alguns aspectos importantes relacionados ao Plano Plurianual da União – PPA 2012-2015, dada a nova estrutura vigente, que visa refletir as políticas públicas, organizando a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

O Programa Temático composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global e Valor de Referência expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade. A expressão do que deve ser realizado, refletindo assim as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, qualifica os Objetivos do Programa Temático, que tem como atributos o Órgão Responsável, cujas atribuições são fundamentais para a implementação dos Objetivos, a Meta, sendo essa a medida de alcance do Objetivo, além das Iniciativas, atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais.

E assim, considerando a nova metodologia e estrutura do PPA 2012-2015, observa-se que o Programa Temático, com seus Objetivos e Atributos, será o principal foco de análise para o próximo exercício, tendo em vista sua correlação às ações orçamentárias e não-orçamentárias objetos de análise nos últimos exercícios. Ainda, quanto à gestão do novo PPA, será mantido um sistema de informações para apoio, o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, em substituição ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, que atualizado permanentemente abrangerá a execução financeira dos Programas e Iniciativas, o alcance das metas e o acompanhamento dos indicadores.

Ressalte-se, ainda, que a Unidade de Auditoria Interna do BB realizará, no exercício de 2012, trabalho de auditoria com o objetivo de avaliar o planejamento e execução das metas

físicas e financeiras do PPA sob a responsabilidade do Banco, segundo programação incluída no Planejamento da Auditoria Interna – PAINTE 2012. A realização desse trabalho por parte da Audit permitirá um melhor acompanhamento da implementação das medidas gerencias necessárias a sanar/mitigar as fragilidades identificadas, como também possibilitará a identificação de outras, vindo a contribuir com o fortalecimento da gestão.

Por todo o exposto, em que pese os desvios observados em determinadas ações do PPA sob a responsabilidade do Banco, entende-se que a Entidade iniciou um processo de aprimoramento relativo ao planejamento de metas das ações do PPA, visto que medidas se encontram em fase de implementação, objetivando fazer cumprir recomendações desta CGU, referentes ao Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2010, que permanecem sob acompanhamento.

Desta forma, considerando que as ações de melhoria não foram, ainda, plenamente implantadas e que o Plano Plurianual da União para o período de 2012-2015 sofreu alterações em sua estrutura e metodologia, gerando impactos na elaboração do planejamento que será objeto de análise no próximo exercício, concluiu-se pela abordagem do tema em caráter informativo neste relatório, com o acompanhamento do assunto no âmbito dos trabalhos de auditoria desta Controladoria.

2.2 Avaliação da Estrutura de Governança Corporativa da UJ

A estrutura de Governança Corporativa do BB alia processos decisórios e mecanismos que buscam agilidade, eficiência e qualidade, e se configura da seguinte forma:

- a) Assembleia Geral de Acionistas;
- b) Conselho de Administração;
- c) Diretoria executiva;
- d) Conselho Diretor;
- e) Conselho Fiscal;
- f) Comitê de Auditoria;
- g) Auditoria Interna;
- h) Auditoria Independente;
- i) Ouvidoria; e
- j) Comitês.

Em análise ao ambiente de controle da estrutura de governança do BB, especificamente quanto aos normativos da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, identificou-

se desconformidade do Estatuto e do Regimento do Conselho de Administração do BB ao item “a” do art. 1º da Resolução CGPAR 03, a qual definiu:

(...) segregação das funções de direção, evitando o acúmulo do cargo de Presidente do Conselho de Administração, ou assemelhado, e Diretor Presidente pela mesma pessoa, mesmo que interinamente, com o objetivo de impedir a concentração de poder;

O BB apresentava no Estatuto situação de obrigatoriedade de que o vice-presidente do Conselho de Administração fosse o presidente do BB. Assim posto, nas hipóteses de impedimento e/ou ausência do presidente do Conselho, assumiria o cargo o vice, realizando o que é vedado pela Resolução CGPAR, conforme demonstrado anteriormente.

Problema identificado e levado a conhecimento, o BB informou que, para ajustar os normativos às disposições da Resolução CGPAR, a proposta de desvinculação dos cargos de Presidente do Banco e Vice-Presidente do Conselho de Administração foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13/08/2012 e será encaminhada à deliberação da assembleia geral de acionistas.

Na nova redação, além da exclusão da obrigatoriedade de o Presidente do BB ser o vice do Conselho, o Estatuto passa a prever que o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão escolhidos dentre os membros indicados pelo Ministério da Fazenda, dentre os quais não consta o Presidente do BB.

Em simetria a esse novo regramento, atualizou-se o Regimento Interno do Conselho de Administração para regram situação em que fizerem ausentes o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho, a saber:

Nas ausências do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, os presentes escolherão conselheiro para exercer a função de Presidente. A escolha não poderá recair sobre o Presidente do Banco.

Tendo em vista que o Banco adotou as medidas necessárias a solucionar o fato apontado, conclui-se que a estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil encontra-se aderente aos princípios positivados nas normas da CGPAR.

2.3 Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ

(A informação aqui contida foi suprimida, por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo fiscal, bancário e/ou comercial, na forma da lei)

2.4 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

A Entidade trouxe em seu Relatório de Gestão, conforme previsto na Portaria TCU 123/2011, uma auto-avaliação acerca da governança de tecnologia da informação no Conglomerado BB. Analisando os dados apresentados, observa-se que, de maneira geral, a gestão de TI no âmbito do Banco do Brasil é adequada e condizente com suas atividades.

Entre os aspectos avaliados, cabe mencionar aqueles relativos à exigência e gestão de acordos de nível de serviços (SLA), os quais poderiam ser aprimorados no sentido de garantir maior estabilidade aos níveis de qualidade dos serviços prestados pelo Banco a seus clientes e, de igual modo, dos serviços fornecidos ao BB.

Conforme já identificado no trabalho de Auditoria Anual de Contas referente ao exercício de 2010, destaca-se o fato de não existirem carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Banco do Brasil. Por outro lado, verifica-se que o nível de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno próprio atualmente é de 12%, percentual significativamente menor ao apresentado em 2010 e considerado adequado por esta equipe de auditoria.

Ademais, vale ressaltar que a Auditoria Interna do Banco do Brasil vem acompanhando sistematicamente a gestão de TI da Entidade, por meio da realização de diversos trabalhos nessa área. Durante o exercício de 2011, foram realizados ao todo 28 trabalhos de auditoria, totalizando 48.435 horas despendidas e abrangendo em seu escopo, entre outras, as seguintes perspectivas: planejamento; contratação e gestão de bens e serviços de TI; desenvolvimento e produção de sistemas, e segurança da informação. As recomendações emitidas são devidamente acompanhadas pela Audit, que deve certificar as providências adotadas pelos gestores das áreas responsáveis por atendê-las.

Cumprе salientar, ainda, que o Banco do Brasil disponibiliza a estrutura de tecnologia da informação necessária às atividades de diversas de suas subsidiárias, por meio de instrumentos de Convênio para Rateio e Ressarcimento de Despesas e Custos Diretos e Indiretos. Nesse contexto, o Banco é responsável pela realização e administração dos contratos de compras de bens e prestação de serviços na área de TI.

Os referidos convênios prevêem a outorga de poderes das subsidiárias à Entidade Controladora para que esta realize, em nome daquelas, as contratações necessárias para obtenção dos recursos e meios indispensáveis ao desempenho de suas atividades operacionais. A operacionalização de tais convênios ocorre da seguinte forma: a Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações do Banco do Brasil - Dinop realiza as licitações e administra os contratos para o Conglomerado, repassando os custos a cada subsidiária, proporcionalmente à participação de cada uma na execução total das avenças.

2.5 Avaliação da Gestão de Fundos e Programas

O Banco do Brasil apresentou, em seu Relatório de Gestão 2011, relação dos fundos e programas nos quais atua como agente financeiro operador, conforme previsto nos normativos do Tribunal de Contas da União.

Quanto à forma de atuação do BB, os fundos e programas operacionalizados com recursos públicos federais podem ser divididos em três categorias, quais sejam:

- a) Fundos e Programas para operações de crédito;
- b) Fundos de repasse;
- c) Fundos garantidores.

No que tange à atuação da Unidade de Auditoria Interna do Banco sobre a gestão dos fundos e programas, vale ressaltar que foram realizados diversos trabalhos de auditoria no exercício de 2011 com escopo voltado ao controle dos processos relacionados aos mesmos, totalizando 6.444 horas despendidas em ações com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e minimizar os riscos associados.

Conforme já relatado por ocasião da Auditoria Anual de Contas do exercício de 2010, cumpre salientar que os fundos e programas de governo operacionalizados pelo Banco são devidamente acompanhados por Diretoria de Auditoria específica no âmbito desta CGU, de acordo com a área de atuação do Ministério gestor da política pública associada. Nesse sentido, são realizados trabalhos de Auditoria Anual de Contas, em atendimento a decisões normativas do TCU, bem assim trabalhos sistemáticos de acordo com critérios de materialidade, relevância e criticidade, e considerando a conveniência e oportunidade em consonância com o planejamento estratégico institucional deste Órgão de Controle Interno.

Em vista do exposto, considera-se suficientemente abrangente e adequado o acompanhamento realizado sobre os fundos e programas operacionalizados pelo Banco do Brasil, tanto pela Audit BB quanto pelas áreas específicas desta CGU.

2.6 Avaliação do cumprimento das determinações do TCU

(A informação aqui contida foi suprimida, por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo fiscal, bancário e/ou comercial, na forma da lei)

2.7 Ocorrência(s) com Dano ou Prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe de auditoria, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submete-se o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF, setembro de 2012.

Achados da Auditoria - nº 201203899

1. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DO BANCO DO BRASIL

1.1. Subárea - GESTÃO DO BANCO DO BRASIL

1.1.1. Assunto - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

1.1.1.1. Informação

Durante a análise dos resultados das ações do PPA em 2011, relativo ao atingimento das metas programadas para o exercício, observou-se desvios significativos entre o previsto e executado em determinadas ações, fato este que tem sido tratado em relatórios anteriores, inclusive, como objeto de recomendações em fase de implementação.

Entretanto, o gestor foi instado a manifestar-se quanto às razões objetivas para as divergências apontadas e à ausência de revisão quantitativa das metas relacionadas a estas ações.

No sentido de exemplificar as situações observadas no decorrer dos trabalhos e que contribuíram para a conclusão deste relatório, destaca-se algumas ações com resultados discrepantes, acompanhadas de manifestações apresentadas pelo gestor responsável por seu planejamento e execução.

Programa: 0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora

Ação		Recursos Físicos % Execução - 2010	Recursos Físicos % Execução - 2011
9364	Capacitação de Empresários em Comércio Exterior	218,10	73,36

Fonte: SIGPlan / Relatório de Gestão BB – 2011

Observou-se no exercício de 2010 uma execução física de 118,10% superior à meta prevista para o período, sendo o resultado justificado da seguinte forma:

[...]

“As ações de capacitação realizadas pelo Banco em 2010, mediante atuação de equipes especializadas de Gerências Regionais de Apoio ao Comércio Exterior (18 Gecex localizadas em diversas regiões do País), envolveram, também, parcerias com entidades de classe, associações, universidades, além da Agência de Promoção das Exportações - APEX, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, entre outros.

Os recursos físicos e financeiros em 2010 superaram a previsão em 118,10%, resultado dessa atuação conjunta na formação de empresários e futuros empresários, disseminação de informações e conhecimentos acerca do setor.”

[...]

No exercício ora analisado, a referida ação apresentou um desempenho inferior ao de 2010, além de não atingir a meta prevista para o período. Nesse sentido, o gestor da ação manifestou-se quanto aos resultados da seguinte forma:

[...]

“Referente à meta física e financeira proposta, o realizado atinge 73,36% do orçado. Esse índice de atingimento é qualificado como bastante satisfatório, visto que o serviço Capacitação em Negócios Internacionais **passou, em 2010, por uma reestruturação** que abrangeu atualização e revitalização do conteúdo e diagramação visual dos módulos dos cursos e treinamentos e criação de novos módulos customizados.

Ainda **houve a implantação, a partir de janeiro de 2011, de novo modelo negocial de prestação dos serviços**, que alterou os parâmetros de contabilização da quantidade de pessoas treinadas.” [grifo nosso]

[...]

Ainda, no sentido de complementar as informações apresentadas, o gestor informou o que segue:

[...]

“informamos que, **a partir de 2011, foi criada uma área na Diretoria de Negócios Internacionais – Dinin** – responsável, além de outras funções, pela coordenação dos processos de formulação, revisão e acompanhamento das ações do PPA sob responsabilidade desta Diretoria: a Divisão Estudos de Mercado e Planejamento – Dipla.”[grifo nosso]

[...]

Programa: 0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora.

Ação		Recursos Físicos % Execução - 2010	Recursos Físicos % Execução - 2011
9A83	Ampliação de Exportações On-Line – Balcão de Comércio Exterior	22,68	10,18

Fonte: SIGPlan / Relatório de Gestão BB – 2011

Observamos que em 2010 a execução física da ação apresentou resultado em um patamar muito inferior ao previsto, o que foi justificado pelo gestor da seguinte maneira:

[...]

“Já os recursos físicos ficaram 77,32% abaixo da programação final. Esse desempenho justifica-se pelo fato de que, em 2007, quando foram propostas as metas para o PPA 2008-2011, o valor máximo por operação dentro do regime de Declaração Simplificada de Exportação (DSE) era de US\$ 20 mil. Em 12.05.2008, a Instrução Normativa 846, da Receita Federal do Brasil (RFB), alterou o valor da DSE para US\$ 50 mil, ou seja, 150% maior que o valor anterior.

Tal mudança alterou completamente o panorama anterior, pois essa medida proporcionou às empresas exportadoras a oportunidade de realizarem menos embarques (operações), porém de maior valor, o que reduziu

sensivelmente a quantidade de operações realizadas pelo Brasil WebTrade. O volume médio por operação foi de R\$ 13,9 mil, R\$ 24,6 mil e R\$ 32,2 mil, em 2008, 2009 e 2010, respectivamente.”

[...]

No exercício analisado verificamos nova discrepância relacionada à meta física, de forma que solicitou-se ao responsável pela ação as razões para a ausência de revisão quantitativa de metas para 2011 . O gestor manifestou-se apresentando os seguintes motivos:

[...]

“O Brasil WebTrade (ex Balcão de Comércio Exterior) **teve sua metodologia de apuração de resultados modificada**, para efeito de Acordo de Trabalho interno – exercício 2011. A medida representou evolução na forma de apuração do indicador e **foi implementada no decorrer do segundo semestre de 2010, após o prazo regulamentar para revisão de metas do PPA para 2011.**” [grifo nosso]

[...]

Programa: 1209 – Banco para Todos

Ação		Recursos Físicos % Execução - 2010	Recursos Físicos % Execução - 2011
90CE	Seguro de Vida para pessoas de Baixa Renda	1.307,60	1.970,73

Fonte: SIGPlan / Relatório de Gestão BB – 2011

O resultado da ação no exercício de 2010 apresentou discrepância, a maior, de 899,77% em relação à meta física estipulada, considerando-se apenas vendas líquidas. Naquele ano o gestor da ação justificou o fato por meio dos seguintes argumentos:

[...]

“Com vistas a seguir o direcionamento do Governo Federal de atender o maior número de clientes de baixa renda, o Banco do Brasil incentivou, a partir de julho/2008, a oferta do produto BB Seguro de Vida. O Seguro foi criado para esse público com o intuito de oferecer segurança à família do segurado correntista do Banco do Brasil, na eventualidade da sua falta, protegendo sua família e promovendo inclusão social.

A quantidade de propostas comercializadas vem crescendo ano a ano em virtude do foco que o Banco tem dado ao produto. Em 2010 foram comercializadas 941.474 propostas significando crescimento de 390,48% em relação ao ano anterior e de 1.207,60% em relação às 72.000 propostas orçadas. Embora tenham sido vendidas 941.474 propostas durante o ano de 2010, ocorreram 303.642 cancelamentos, resultando em venda líquida de 637.832 apólices em 2010.”

[...]

No exercício sob análise houve uma execução de 1.870,73% superior a meta estabelecida. Não obstante, considerando-se apenas as vendas líquidas, o resultado representou 219,8% do programado. O gestor da ação apresentou esclarecimentos em relação aos fatos, como segue:

[...]

“Em 2011 foram comercializadas 847.415 propostas significando redução de 9,99% em relação ao ano anterior, com superação de 1.870,73% em relação à quantidade programada. Embora tenham sido vendidas 847.415 propostas durante o ano de 2011, ocorreram 709.885 cancelamentos, resultando em venda líquida de 137.530 apólices, correspondendo a 219,8% do programado. O desvio entre realizado e programado já havia sido observado em exercícios anteriores e foi objeto do Relatório Preliminar de Auditoria Anual de Contas nº 201108881, de 22 de setembro de 2011, da CGU – Controladoria Geral da União.

Em virtude das recomendações emitidas no referido relatório, a Diretoria de Seguros, Previdência Aberta e Capitalização, por meio da correspondência 2011/153 de 28 de setembro de 2011, ratificou os esclarecimentos prestados até então, manifestou concordância com as observações consignadas no relatório e informou que passaria a adotar novos critérios para estabelecimento de metas, considerando as reais potencialidades da ação.

Tendo em conta que a revisão do PLOA 2011 ocorreu nos meses de maio/2010 (fase qualitativa) e julho/2010 (fase quantitativa), ocasiões em que seria possível pleitear alterações nos atributos e metas físicas/financeiras das ações, não houve condições de promover os ajustes na programação dos recursos físicos para 2011.” [grifo nosso]

[...]

Ainda, no sentido de complementar as justificativas apresentadas no Relatório de Gestão 2011, a Diretoria de Seguros, Previdência Aberta e Capitalização informou o que segue:

[...]

“informamos que **foram promovidas alterações nas rotinas e procedimentos relacionados à formulação, revisão e acompanhamento de ações do PPA do Governo Federal no âmbito desta Diretoria**, conforme havia sido informado em nossa correspondência 2011/153, de 28/09/2011.

Conforme solicitado, encaminhamos documentos que evidenciem a alteração mencionada, simulando a aplicação da nova metodologia de formulação de metas sobre os valores programados e realizados no exercício de 2011.” [grifo nosso]

[...]

Programa: 1266 – Gestão da Política Econômica

Ação		Recursos Físicos % Execução - 2010	Recursos Físicos % Execução - 2011
9A90	Crédito Facilitado para Trabalhadores	74,92	56,71

Fonte: SIGPlan / Relatório de Gestão BB – 2011

Durante o exercício sob análise, a execução física da ação apresentou resultado discrepante em relação à meta prevista para o período. Considerando que em 2010 a referida ação já havia apresentado resultados aquém do projetado, solicitou-se ao gestor as razões da ausência de revisão de metas para o exercício de 2011, que manifestou-se conforme segue:

[...]

“ O prazo de envio de pedido de revisão das metas definidas para 2011, encerrou-se em julho de 2010, momento no qual nossas estimativas apontavam par um forte crescimento na carteira, tanto no desembolso como no número de clientes atendidos, nas linhas de empréstimos consignados, haja vista nossa estratégia de expansão da carteira de crédito estar focada no incremento de operações junto ao público de menor renda.”

[...]

Programa: 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania

Ação		Recursos Físicos % Execução - 2010	Recursos Físicos % Execução - 2011
90C1	Capacitação para Acompanhamento de Projetos Sociais – Educação Cidadã	223,60	230,20

Fonte: SIGPlan / Relatório de Gestão BB – 2011

Em 2010, verificou-se um resultado significativamente discrepante em relação ao planejado, superando em 123,6% a meta física projetada para o exercício. Nesse sentido, o gestor manifestou-se como segue:

[...]

“A discrepância entre o percentual realizado financeiro e o percentual realizado de recursos físicos se deve à readequação do modelo de capacitação, que passou a ser realizado por meio do curso Oficina de Educadores Sociais (Pão e Beleza), ministrado nos Centros de Formação do Banco com material produzido internamente.“

[...]

Em 2011, verificamos que a ação voltou a apresentar resultado significativamente discrepante em relação ao planejado, superando em 130,20% a meta física projetada para o exercício.

O gestor da ação foi questionado quanto às razões que ensejaram a ausência de alteração da meta prevista, considerando a ocorrência no exercício anterior, manifestando-se conforme a seguir:

[...]

“Não obstante nos anos anteriores a 2011 ter ocorrido discrepâncias entre valores orçados e realizados, em razão da otimização dos recursos financeiros conjugada com uma maior efetividade nos resultados finalísticos, conforme já justificado anteriormente a essa CGU, o Banco avaliou não ser o caso de revisar as metas para 2011 por entender que: 1) a meta física de 50 estava alinhada com seu planejamento de capacitação de funcionários e parceiros externos na Oficina de Educadores Sociais para o período; e 2) a meta financeira, de R\$ 67.500,00 representar o valor médio estimado para a realização de 20 oficinas com 25 participantes cada, incluídas aí as despesas de aluguel de espaço, deslocamento e hospedagem de instrutores e treinandos e demais infraestruturas necessárias para efetiva realização dos treinamentos.”

[...]

Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Certificado: 201203899

Unidade Auditada: Banco do Brasil S.A.

Exercício: 2011

Processo: 00190.014544/2012-19

Município/UF: Brasília/DF

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art.10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame sobre a gestão da unidade auditada.

Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203899, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, constantes das folhas 03 a 37 do processo, seja pela **regularidade**.

Brasília/DF, de setembro de 2012.

LUIZ AUGUSTO PENNA JUNIOR
Coordenador-Geral de Auditoria da Área Fazendária I - Substituto

Parecer do Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201203899

Exercício: 2011

Processo: 00190.014544/2012-19

Unidade Auditada: Banco do Brasil S.A.

Município/UF: Brasília/DF

1. Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União quanto à prestação de contas do exercício de 2011 da Unidade acima referenciada, expresse opinião sobre o desempenho e a conformidade dos atos de gestão dos agentes relacionados no rol de responsáveis, a partir dos principais registros e formulados pela equipe de auditoria.

2. O Banco do Brasil S.A. (BB) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, constituída sob a égide do direito privado e vinculada ao Ministério da Fazenda. O objeto social da Instituição é a prática de operações bancárias, a prestação de serviços bancários e o exercício de atividades inerentes às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. O Banco do Brasil também desempenha o papel de executor de políticas públicas, tendo participado no exercício analisado de 32 ações não-orçamentárias e 6 ações do Orçamento de Investimentos, inseridas em 22 Programas de Governo de diversos Ministérios.

3. Importa salientar, dentre as conquistas da gestão do BB, a elevação dos *ratings* da instituição pelas agências *Fitch Rating* e *Moody's* no decorrer do exercício analisado, a liderança do Banco no Sistema Financeiro Nacional no encerramento do exercício de 2011, com destaque à sua atuação no crédito, com 19,2% de participação de mercado, além de obter um lucro líquido de R\$ 12,1 bilhões e ativos totais de R\$ 981,2 bilhões.

4. Considerando os exames realizados com base em técnicas e procedimentos de auditoria, conclui-se que o Sistema de Controles Internos, em que pese necessitar de aprimoramento nos processos de gestão de riscos, é adequado e consistente com a natureza, a complexidade e os riscos dos processos.

5. Destaca-se dentre as realizações positivas na gestão, a melhoria no atendimento e intensificação do relacionamento com clientes, a ampliação da participação dos negócios de seguridade no resultado do Banco, a expansão dos negócios com cartões, a concretização da operação para aquisição do controle acionário do Banco Patagônia e a aquisição dos direitos de

ofertar produtos e serviços bancários, a partir de 2012, nas agências do “Banco Postal” da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

6. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III do art. 9º da Lei 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto 93.872/86 e inciso VI do art. 13 da IN/TCU 63/2010, e com fundamento no Relatório de Auditoria, acolho a proposta expressa no Certificado de Auditoria que foi pela **regularidade**.

7. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52 da Lei 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/DF, de setembro de 2012.

RENILDA DE ALMEIDA MOURA
Diretora de Auditoria da Área Econômica